CAPACITAÇÃO E CONHECIMENTO EM PRIMEIROS SOCORROS ENTRE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

FIRST AID TRAINING AND KNOWLEDGE AMONG EARLY CHILDHOOD EDUCATION PROFESSIONALS: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

Nayara de Oliveira Fonseca[1], Pedro Henrique Peres Roriz[2].

1. Acadêmico do curso de Bacharelado em Enfermagem da AFYA Centro Universitário – UNITPAC. E-mail: nayaram1205@gmail.com.
2. Professor do curso de Bacharelado em Enfermagem da AFYA Centro Universitário – UNITPAC. E-mail: pedro.roriz@afya.com.br.

Eixo Temático: 01 - Saúde

RESUMO

Introdução: Situações de emergência podem ocorrer no ambiente da educação infantil, tornando fundamental que os profissionais estejam preparados para reconhecer e prestar os primeiros cuidados até a chegada de atendimento especializado. Nesse contexto, a capacitação em primeiros socorros contribui para a segurança das crianças e para a redução de possíveis complicações decorrentes de acidentes. **Objetivo:** Analisar o conhecimento dos profissionais da educação infantil sobre primeiros socorros, identificando as principais situações de emergência encontradas no ambiente escolar, o nível de preparo dos profissionais e a importância da capacitação para sua atuação. **Método:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada a partir da análise de estudos científicos e documentos relacionados aos primeiros socorros no ambiente escolar e à preparação de profissionais da educação. Foram considerados estudos que abordassem conhecimentos, práticas, capacitação e intervenções educativas direcionadas a professores e demais profissionais que atuam com crianças. **Resultados:** Os estudos analisados demonstram que, embora os profissionais reconheçam a importância dos primeiros socorros, ainda existem lacunas em seus conhecimentos e insegurança para agir diante de situações de emergência, especialmente em casos de engasgo, obstrução das vias aéreas, quedas, ferimentos e outras intercorrências comuns na infância. As intervenções educativas e os treinamentos mostraram-se importantes para ampliar conhecimentos, desenvolver habilidades práticas e aumentar a segurança dos profissionais diante dessas situações. **Conclusão:** Evidencia-se a necessidade de capacitação periódica em primeiros socorros para profissionais da educação infantil, contribuindo para uma resposta mais rápida e adequada diante de emergências e para a promoção da segurança e proteção das crianças no ambiente escolar.

Palavras-chave: Primeiros Socorros. Educação Infantil. Educação em Saúde. Segurança da Criança. Capacitação Profissional.

ABSTRACT

Introduction: Emergency situations can occur in early childhood education settings, making it essential for professionals to be prepared to recognize issues and provide initial care until specialized help arrives. In this context, first aid training contributes to child safety and helps reduce potential complications resulting from accidents. **Objective:** To analyze the knowledge of early childhood education professionals regarding first aid, identifying the main emergency situations encountered in the school environment, the professionals' level of preparedness, and the importance of training for their role. **Method:** This is an integrative literature review based on the analysis of scientific studies and documents related to first aid in schools and the preparation of education professionals. Studies addressing knowledge, practices, training, and educational interventions aimed at teachers and other professionals working with children were included. **Results:** The analyzed studies demonstrate that, although professionals recognize the importance of first aid, there are still gaps in their knowledge and a lack of confidence in acting during emergencies—particularly in cases of choking, airway obstruction, falls, injuries, and other common childhood incidents. Educational interventions and training proved important for expanding

knowledge, developing practical skills, and increasing professional confidence in handling these situations. **Conclusion:** There is a clear need for periodic first aid training for early childhood education professionals, which contributes to a faster and more appropriate response to emergencies and promotes the safety and protection of children in the school environment.

Keywords: First Aid. Early Childhood Education. Health Education. Child Safety. Professional Training.

INTRODUÇÃO

Acidentes e situações de emergência podem acontecer em qualquer espaço onde existam crianças, inclusive dentro das escolas e creches. Quedas, cortes, queimaduras, convulsões e, principalmente, episódios de engasgo são algumas das ocorrências que podem exigir uma resposta imediata de quem está por perto. Em muitos desses casos, os primeiros minutos fazem diferença, e a pessoa que presencia a situação acaba tendo que tomar alguma atitude antes da chegada do serviço especializado. Por isso, o conhecimento básico em primeiros socorros não deve ser visto apenas como uma habilidade complementar para quem trabalha com crianças, mas como uma forma de estar preparado para situações que podem surgir de maneira inesperada.

Segundo Galindo Neto et al.[1], muitos professores relatam insegurança quando precisam lidar com situações de primeiros socorros no ambiente escolar, principalmente por não se sentirem suficientemente preparados para realizar os procedimentos necessários. Em alguns casos, existe uma noção sobre o que deveria ser feito, mas falta prática para colocar esse conhecimento em ação. O receio de piorar o estado da criança também pode fazer com que o profissional fique sem saber como agir ou prefira apenas aguardar a chegada do atendimento especializado. Essa dificuldade mostra que conhecer os primeiros socorros vai além de saber identificar uma emergência, envolvendo também confiança e preparo para tomar uma decisão naquele momento.

A situação merece ainda mais atenção quando se considera a faixa etária atendida na educação infantil. Crianças pequenas estão mais expostas a acidentes por apresentarem características próprias do desenvolvimento, como a curiosidade, a exploração constante do ambiente e a dificuldade de reconhecer determinados riscos. O engasgo, por exemplo, pode acontecer durante as refeições ou até mesmo durante momentos de brincadeira, exigindo uma intervenção rápida e correta. Em estudo realizado com professores de creches, Silva et al.[2] observaram que uma intervenção educativa sobre primeiros socorros contribuiu para melhorar o conhecimento dos participantes, mostrando que atividades de capacitação podem fazer diferença na preparação desses profissionais.

No Brasil, essa preocupação também ganhou espaço na legislação com a criação da Lei nº 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas. A norma tornou obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino e de recreação infantil. A existência da lei representa um avanço na proteção das crianças, mas não significa, por si só, que todos os profissionais estejam preparados para agir diante de uma emergência. O treinamento precisa ser realizado de maneira adequada e, principalmente, estar relacionado às situações que podem aparecer no dia a dia das escolas e creches.

Outro ponto que merece atenção é a continuidade dessa preparação. Aprender uma técnica uma única vez não garante que o profissional consiga executá-la corretamente quando precisar, especialmente em uma situação de pressão. O conhecimento pode ser esquecido e algumas habilidades dependem de prática para serem realizadas com segurança. Cruz et al.[3], ao analisarem intervenções de educação em saúde voltadas aos primeiros socorros no ambiente escolar, encontraram resultados positivos nas ações educativas, principalmente quanto à ampliação do conhecimento e à preparação dos participantes para possíveis situações de emergência.

Diante disso, conhecer o que vem sendo produzido pela literatura sobre primeiros socorros na educação infantil permite observar não apenas se os profissionais possuem algum conhecimento sobre o assunto, mas também quais são suas principais dificuldades e o quanto as capacitações conseguem prepará-los para uma situação real. A discussão envolve diretamente a segurança das crianças, já que uma resposta adequada nos primeiros momentos pode contribuir para evitar o agravamento de uma ocorrência. Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar o conhecimento dos profissionais da educação infantil sobre primeiros socorros, identificando as principais situações de emergência encontradas no ambiente escolar, o nível de preparo desses profissionais e a importância da capacitação para sua atuação.

MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, desenvolvida com a finalidade de reunir e analisar produções científicas relacionadas ao conhecimento e à capacitação dos profissionais da educação infantil em primeiros socorros. Esse tipo de revisão foi escolhido por possibilitar a reunião de diferentes estudos sobre um mesmo assunto, permitindo observar o que já foi produzido, quais dificuldades aparecem com maior frequência e quais resultados têm sido encontrados após ações de capacitação. A pesquisa foi direcionada para a realidade dos profissionais que atuam diretamente com crianças,

considerando tanto o conhecimento teórico quanto a segurança para agir diante de uma situação de emergência.

Para conduzir a pesquisa, foi definida como pergunta norteadora: “Qual é o nível de conhecimento dos profissionais da educação infantil sobre primeiros socorros e de que maneira a capacitação pode contribuir para o preparo desses profissionais diante de situações de emergência no ambiente escolar?”. A formulação dessa pergunta serviu como ponto de partida para a seleção dos estudos e ajudou a manter o foco da revisão. Dessa forma, foram procuradas pesquisas que apresentassem alguma relação entre primeiros socorros, ambiente escolar, educação infantil, professores e capacitação profissional.

A busca bibliográfica foi realizada entre os meses de maio e agosto de 2026, utilizando bases de dados consideradas relevantes para pesquisas nas áreas da saúde e educação. Foram consultadas a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE/PubMed). Também foi realizada busca complementar no Google Scholar, com o objetivo de ampliar a identificação de trabalhos relacionados ao tema. A utilização de mais de uma fonte de pesquisa permitiu encontrar estudos nacionais e internacionais e diminuir a possibilidade de limitar a revisão aos trabalhos disponíveis em apenas uma base.

Para a realização das buscas, foram utilizados descritores relacionados ao tema principal da pesquisa, entre eles “Primeiros Socorros”, “Educação Infantil”, “Professores”, “Capacitação”, “Educação em Saúde”, “Segurança da Criança” e “Acidentes Escolares”. Quando necessário, foram utilizados os correspondentes em inglês, como “First Aid”, “Early Childhood Education”, “Teachers”, “Training” e “Child Safety”. Os termos foram combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, permitindo ampliar ou restringir os resultados conforme a necessidade de cada pesquisa. Entre as combinações utilizadas estiveram “Primeiros Socorros” AND “Educação Infantil”, “Primeiros Socorros” AND Professores, “Primeiros Socorros” AND Capacitação, “First Aid” AND Teachers e “First Aid” AND “Early Childhood Education”.

A definição dos critérios de inclusão ocorreu antes da seleção final dos estudos. Foram considerados artigos científicos publicados em português, inglês ou espanhol, disponíveis na íntegra e que apresentassem relação direta com o objetivo da pesquisa. Foram incluídos estudos que abordassem o conhecimento de professores, educadores, cuidadores ou outros profissionais que atuam com crianças, assim como pesquisas relacionadas à capacitação, treinamento ou educação em primeiros socorros no ambiente escolar. Também foram considerados trabalhos

que apresentassem situações de emergência comuns na infância, desde que essas situações estivessem relacionadas ao contexto educacional.

Como recorte temporal, foram priorizadas publicações entre 2018 e 2026. A escolha desse período está relacionada ao interesse em reunir evidências mais atuais sobre o tema, principalmente após a publicação da Lei nº 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas, que estabeleceu a obrigatoriedade de capacitação em primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino e de recreação infantil. A utilização desse recorte permitiu observar pesquisas desenvolvidas em um período no qual a discussão sobre a preparação dos profissionais da educação ganhou maior espaço no Brasil.

Foram excluídos estudos que não apresentassem relação com o ambiente escolar ou com a população infantil, trabalhos voltados exclusivamente para profissionais da saúde e pesquisas direcionadas a primeiros socorros em adultos. Também foram retirados da seleção artigos duplicados encontrados em mais de uma base de dados, estudos sem acesso ao texto completo e publicações que não respondessem à pergunta norteadora. Materiais de caráter exclusivamente jornalístico, opiniões, notícias e conteúdos sem fundamentação científica não fizeram parte da amostra final. Documentos oficiais relacionados à legislação ou às orientações de primeiros socorros poderiam ser utilizados apenas como apoio para a contextualização do assunto, não sendo considerados artigos da revisão.

A seleção dos estudos ocorreu inicialmente pela análise dos títulos e resumos encontrados durante as buscas. Nessa primeira etapa, foram descartados os trabalhos que apresentavam temas claramente diferentes da proposta da pesquisa. Quando o título ou o resumo não era suficiente para determinar a relevância do estudo, o material era mantido para uma leitura mais detalhada. Essa etapa foi importante para evitar exclusões precipitadas, principalmente porque alguns trabalhos utilizam termos diferentes para se referir aos profissionais da educação ou às situações de emergência.

Depois da triagem inicial, os estudos considerados potencialmente relevantes foram avaliados na íntegra. A leitura completa permitiu verificar se os objetivos, participantes, local da pesquisa e resultados estavam de acordo com os critérios estabelecidos. Os artigos que não apresentavam relação suficiente com o tema ou que não traziam informações capazes de contribuir para responder à pergunta norteadora foram excluídos nessa fase. Os estudos que atendiam aos critérios definidos foram mantidos para a análise da revisão.

Para facilitar a organização dos dados, as informações dos estudos selecionados foram reunidas de acordo com características consideradas importantes para a pesquisa. Foram observados o autor, ano de publicação, objetivo do estudo, população investigada, local onde a

pesquisa foi realizada, método utilizado pelos pesquisadores, situações de primeiros socorros abordadas e principais resultados encontrados. Também foi dada atenção às informações relacionadas ao nível de conhecimento dos profissionais, às dificuldades relatadas e às mudanças observadas após treinamentos ou intervenções educativas.

A análise dos estudos foi realizada de forma descritiva e comparativa. Como as pesquisas encontradas apresentaram diferenças quanto aos métodos empregados, quantidade de participantes, instrumentos de avaliação e tipos de capacitação, não foi realizada análise estatística conjunta ou metanálise.

A intenção foi identificar os resultados que se repetiam entre os estudos e também perceber possíveis diferenças entre as experiências apresentadas pelos autores. Foram observados, principalmente, aspectos relacionados à insegurança dos profissionais, ao conhecimento sobre procedimentos de primeiros socorros e à contribuição das capacitações para melhorar a preparação diante de emergências.

A organização da revisão seguiu as etapas próprias de uma revisão integrativa, partindo da definição do tema e da pergunta norteadora, passando pela busca nas bases de dados, aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, seleção dos estudos, leitura dos textos e organização dos resultados encontrados.

Para apresentar de maneira mais clara o processo de identificação e seleção das publicações, também foram consideradas as recomendações do PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) quanto à descrição das etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos. O uso dessas recomendações teve finalidade de organização e transparência da pesquisa, não modificando a classificação do trabalho como revisão integrativa.

A escolha desse percurso metodológico possibilitou reunir pesquisas que abordam o preparo dos profissionais da educação diante de situações que podem acontecer durante a rotina escolar. A partir dos estudos selecionados, foi possível observar não apenas se esses profissionais possuem conhecimento sobre primeiros socorros, mas também como esse conhecimento é adquirido, quais situações costumam gerar maior insegurança e de que maneira os treinamentos podem contribuir para uma resposta mais rápida e adequada. A análise desses aspectos servirá de base para a discussão dos resultados desta revisão, relacionando os achados encontrados na literatura com a necessidade de maior preparo para a proteção e segurança das crianças no ambiente escolar.

REVISÃO DA LITERATURA

Primeiros socorros e sua importância no ambiente escolar

Os primeiros socorros correspondem aos cuidados prestados imediatamente após uma situação de acidente ou emergência, antes que a pessoa receba atendimento de uma equipe especializada. No ambiente escolar, esse primeiro atendimento pode partir justamente de quem está acompanhando a criança naquele momento. Não se espera que professores e funcionários substituam os profissionais da saúde, mas que saibam reconhecer uma situação de risco, manter a calma e realizar medidas básicas que possam evitar o agravamento do quadro enquanto o socorro não chega. Para Galindo Neto et al.[1], a vivência quando ocorre alguma emergência faz parte da realidade escolar e ainda provoca insegurança em muitos professores, principalmente quando eles não tiveram contato suficiente com conteúdos de primeiros socorros.

Quando se trata de crianças pequenas, essa atenção precisa ser ainda maior. A rotina da educação infantil envolve brincadeiras, alimentação, deslocamentos e atividades que podem favorecer a ocorrência de acidentes. Uma queda aparentemente simples pode resultar em lesão, assim como um objeto levado à boca pode provocar uma obstrução das vias aéreas. Prado e Romão[4] apontam que os acidentes em creches representam uma preocupação relevante justamente pelas características dessa faixa etária e pela necessidade de que os adultos responsáveis estejam preparados para reconhecer e agir diante dessas situações.

A importância dos primeiros socorros está muito ligada ao tempo de resposta. Em uma emergência, esperar que o atendimento especializado chegue sem fazer nada pode representar uma perda de tempo que, dependendo da situação, tem consequências sérias. O profissional presente na escola pode ser a primeira pessoa a perceber que algo está errado e, mesmo sem equipamentos hospitalares, algumas condutas básicas podem ajudar a manter a criança em condições mais seguras até a chegada do atendimento. As diretrizes da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho reforçam a necessidade de conhecimentos básicos de primeiros socorros e de uma resposta adequada diante de diferentes situações de emergência[5].

No caso do ambiente escolar, saber o que não fazer também faz parte desse preparo. Uma tentativa incorreta de ajudar pode causar mais danos, principalmente quando existe uma situação envolvendo as vias aéreas, uma queda ou uma possível fratura. Por esse motivo, o conhecimento não deve ficar somente na parte teórica. É preciso entender a situação, reconhecer seus sinais e saber qual conduta é realmente indicada para aquele momento. A capacitação ajuda

justamente nessa construção de segurança, pois permite que o profissional tenha contato com situações que, na rotina, podem acontecer de forma inesperada.

A preparação dos profissionais também está relacionada à própria segurança da criança durante o período em que ela permanece na instituição. Nascimento et al.[6], ao analisarem o conhecimento de professores sobre primeiros socorros, encontraram dificuldades em diferentes ocorrências de emergência, mostrando que o fato de estar diariamente em contato com crianças não significa, necessariamente, estar preparado para prestar os primeiros cuidados. Muitos profissionais reconhecem que esse conhecimento é necessário, mas ainda apresentam dúvidas quando precisam transformar aquilo que sabem em uma ação concreta.

Outro aspecto que merece atenção é que os primeiros socorros não devem ser tratados como um conhecimento adquirido uma única vez. Técnicas e condutas precisam ser revisadas, principalmente aquelas que exigem uma resposta rápida, pois a falta de prática pode fazer com que o profissional esqueça etapas ou hesite diante da emergência. Cruz et al.[3] observaram, em uma revisão sobre ações educativas de primeiros socorros no ambiente escolar, que as atividades de educação em saúde podem contribuir para ampliar o conhecimento e preparar melhor os participantes para lidar com acidentes e outras intercorrências. A prática, nesse caso, acaba aproximando o conteúdo da realidade que o profissional poderá encontrar.

Dentro das escolas e creches, falar sobre primeiros socorros significa falar também sobre prevenção, responsabilidade e proteção infantil. O objetivo não é transformar o professor ou funcionário em um profissional da saúde, mas oferecer condições para que ele consiga reconhecer uma emergência e agir de maneira adequada nos primeiros momentos. Quando existe conhecimento, treinamento e uma orientação clara sobre como proceder, a chance de uma resposta precipitada diminui e a criança pode receber os cuidados iniciais de forma mais segura. Assim, a presença de profissionais capacitados passa a ser parte das medidas de proteção que precisam fazer parte da rotina das instituições de educação infantil.

Acidentes e situações de emergência na educação infantil

A infância é marcada por descobertas e movimento. A criança corre, brinca, sobe, desce, coloca objetos na boca e ainda está aprendendo a perceber aquilo que pode representar perigo. Na educação infantil, essas características fazem parte da rotina e tornam os acidentes uma possibilidade constante. Quedas, cortes, queimaduras, engasgos e outros acontecimentos podem surgir durante uma brincadeira, no momento da alimentação ou até mesmo em atividades consideradas simples. Prado e Romão[4] explicam que os acidentes em creches merecem atenção

justamente porque as crianças pequenas apresentam características próprias do desenvolvimento que podem favorecer a ocorrência dessas situações.

Entre as emergências que mais preocupam no ambiente escolar está o engasgo, principalmente entre crianças menores. Durante as refeições, alimentos podem se deslocar de maneira inadequada para as vias respiratórias, mas o problema também pode acontecer quando a criança brinca com objetos pequenos ou leva algum material à boca. A obstrução das vias aéreas pode evoluir rapidamente e exigir uma intervenção imediata. Martins, Foglia e Canal[7] discutem essa realidade no contexto escolar e chamam atenção para a necessidade de que os professores saibam reconhecer os sinais de uma obstrução e tenham conhecimento sobre a conduta adequada diante desse tipo de ocorrência.

As quedas também aparecem com frequência entre os acidentes envolvendo crianças. No espaço escolar, elas podem acontecer em escadas, brinquedos, pátios, salas ou durante atividades que envolvem corrida e movimentação. Nem toda queda resulta em uma lesão grave, mas não é possível saber a intensidade do trauma apenas pela aparência inicial. Dependendo do caso, a criança pode apresentar ferimentos, fraturas ou sinais de traumatismo que precisam ser observados com cuidado. Para Sousa et al.[8], o conhecimento dos professores sobre primeiros socorros ainda apresenta limitações, o que pode dificultar a tomada de decisão quando uma ocorrência acontece de forma repentina.

Queimaduras, cortes e outros ferimentos também fazem parte das situações que podem exigir os primeiros cuidados dentro da instituição. Uma superfície quente, um líquido aquecido, materiais utilizados em determinadas atividades ou até objetos presentes no ambiente podem provocar lesões. O mesmo ocorre com cortes causados por materiais perfurocortantes ou objetos quebrados. Nesses momentos, não basta apenas tentar resolver o problema rapidamente; é necessário avaliar a situação e evitar condutas que possam aumentar a lesão ou favorecer uma complicação. Hadge et al.[9] identificaram dificuldades no conhecimento de professores sobre diferentes situações de primeiros socorros, reforçando que a familiaridade com o ambiente escolar não significa, necessariamente, preparo para lidar com acidentes.

Há ainda situações menos frequentes, mas que podem apresentar grande risco para a criança. Convulsões, intoxicações e alterações súbitas do estado de consciência exigem que o adulto consiga reconhecer que existe uma emergência e procure ajuda rapidamente. Em uma convulsão, por exemplo, tentar conter os movimentos da criança ou colocar objetos em sua boca pode ser inadequado e perigoso. Já diante de uma possível intoxicação, oferecer alguma substância por conta própria pode piorar o quadro. As orientações da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho reforçam que a atuação em

primeiros socorros deve considerar a segurança da pessoa atendida, do socorrista e as características específicas de cada situação[5].

O problema não está somente na ocorrência do acidente, mas também na forma como ele é percebido e conduzido por quem está presente. Uma criança que cai pode parecer bem inicialmente e apresentar sinais posteriormente; um engasgo pode evoluir em poucos instantes; uma queimadura pequena pode esconder uma lesão mais profunda. Por isso, a atenção dos profissionais que acompanham as crianças durante boa parte do dia é fundamental. O conhecimento sobre os principais riscos da infância, associado à capacidade de reconhecer sinais de gravidade e saber quando buscar atendimento especializado, pode fazer uma diferença significativa na segurança dentro das instituições de educação infantil.

Conhecimento dos profissionais da educação infantil sobre primeiros socorros

Há uma distinção fundamental entre se ter conhecimento em primeiros socorros e dispor da aptidão prática necessária para agir perante uma criança em situação crítica. No ambiente escolar, essa diferença pode ficar bastante evidente, já que o profissional precisa tomar uma decisão em pouco tempo e, muitas vezes, sem ter certeza se está fazendo a coisa certa. Professores e funcionários convivem diariamente com as crianças, acompanham suas atividades e acabam sendo os primeiros adultos presentes quando acontece algum acidente. Galindo Neto et al.[1] identificaram justamente essa realidade ao investigarem as experiências de professores com primeiros socorros, encontrando relatos de insegurança e dificuldades para lidar com determinadas situações.

Essa insegurança não significa que os profissionais não reconheçam a importância do tema. Pelo contrário, muitos sabem que deveriam estar preparados, mas percebem uma distância entre saber que precisam ajudar e realmente saber como fazer isso. Em situações como engasgo, convulsão, queda ou parada cardiorrespiratória, uma dúvida simples pode atrasar uma conduta que precisa acontecer rapidamente. Hadge et al.[9], ao avaliarem conhecimentos de professores sobre primeiros socorros, observaram que ainda existem lacunas importantes nesse preparo, mesmo entre profissionais que já tiveram algum contato com o assunto.

No caso da educação infantil, a questão ganha algumas particularidades. Crianças pequenas dependem bastante da observação dos adultos e nem sempre conseguem explicar o que estão sentindo ou o que aconteceu. Um professor pode perceber uma alteração pelo comportamento da criança antes mesmo de ela conseguir dizer que está com dor, passando mal ou que sofreu algum acidente. Também existe a questão da idade: uma técnica ou conduta

adequada para um adulto não necessariamente será a mesma para uma criança. Por isso, o conhecimento precisa considerar as características do público atendido, e não apenas informações gerais sobre primeiros socorros.

Entre as dúvidas mais frequentes estão justamente aquelas relacionadas às situações que exigem uma resposta imediata. O engasgo costuma despertar preocupação porque pode evoluir rapidamente, principalmente quando há obstrução completa das vias aéreas. Martins, Foglia e Canal[7], ao discutirem a obstrução das vias aéreas por corpo estranho no contexto escolar, chamam atenção para a necessidade de verificar se os professores realmente possuem preparo para reconhecer e conduzir esse tipo de ocorrência. A dificuldade não está somente em saber que o engasgo é grave, mas em reconhecer seus sinais e diferenciar uma situação em que a criança ainda consegue tossir daquela em que é necessária uma intervenção imediata.

As dúvidas também aparecem quando o acidente envolve quedas, ferimentos, queimaduras ou alterações neurológicas. Muitas vezes, o profissional tenta ajudar baseado no que já viu alguém fazer ou em informações recebidas de maneira informal. Esse tipo de conhecimento pode ser insuficiente, principalmente quando a situação apresenta alguma característica diferente do esperado. Para Morais[10], a capacitação dos professores em primeiros socorros precisa ser pensada como uma forma de aproximar o conhecimento da realidade escolar, considerando que os profissionais podem se deparar com diferentes tipos de acidentes durante suas atividades.

Outro aspecto observado nas pesquisas é que o conhecimento pode não ser distribuído de maneira igual entre os profissionais. Há pessoas que já participaram de algum treinamento, outras que tiveram contato com o assunto apenas durante sua formação e aquelas que nunca receberam uma orientação específica. Essa diferença interfere diretamente na segurança para agir. Nascimento et al.[6] encontraram limitações no conhecimento de professores avaliados sobre primeiros socorros, reforçando que a presença de informações básicas não significa necessariamente domínio das condutas que precisam ser realizadas em uma emergência.

A experiência profissional, por si só, também não resolve essa questão. Um professor pode trabalhar há muitos anos com crianças e nunca ter presenciado uma situação grave, enquanto outro pode se deparar com uma emergência logo no início da carreira. A ausência de experiências anteriores não deve ser confundida com preparo. Em uma situação real, o nervosismo pode aparecer mesmo em quem conhece determinado procedimento, principalmente quando envolve uma criança. Sousa et al.[8], ao investigarem o conhecimento de professores da educação básica, também encontraram a necessidade de ampliar a preparação desses profissionais para que possam responder de forma mais segura diante das ocorrências.

Por esse motivo, avaliar o conhecimento dos profissionais da educação infantil é uma etapa necessária quando se discute segurança no ambiente escolar. Não basta perguntar se o professor já ouviu falar em primeiros socorros ou se considera o assunto importante. É preciso observar o que ele realmente sabe, quais situações reconhece, onde estão suas maiores dificuldades e se conseguiria tomar uma atitude adequada diante de uma emergência. Os estudos apontados nesse trabalho, mostram que ainda existem lacunas nesse preparo, o que reforça a necessidade de ações educativas que sejam acessíveis, práticas e relacionadas às situações que podem acontecer no cotidiano das escolas e creches.

Capacitação e educação em primeiros socorros para profissionais da educação

Saber que os primeiros socorros são necessários não significa, necessariamente, saber realizá-los. É justamente nessa diferença que a capacitação dos profissionais da educação ganha espaço. Professores e funcionários podem até reconhecer que uma situação é grave, mas, quando precisam agir, podem surgir dúvidas sobre qual procedimento realizar, em que momento pedir ajuda ou até mesmo se determinada conduta pode piorar o estado da criança. A capacitação procura diminuir esse intervalo entre o conhecimento teórico e a ação, oferecendo ao profissional condições para responder de maneira mais segura quando uma emergência acontece.

As atividades de capacitação podem assumir diferentes formatos, desde aulas explicativas até treinamentos práticos e simulações de situações que podem acontecer dentro da escola. A parte prática costuma ter um peso importante, principalmente porque alguns procedimentos dependem de movimentos corretos e de certa agilidade para serem executados. Silva et al.[2], ao realizarem uma intervenção educativa com professores de creches, observaram mudanças no conhecimento dos participantes após a atividade, mostrando que uma ação planejada especificamente para esse público pode contribuir para melhorar o preparo em primeiros socorros. A experiência também permite que o profissional perceba suas próprias dificuldades, algo que nem sempre aparece quando o conteúdo é apresentado apenas de maneira teórica.

As simulações são outra possibilidade interessante para esse tipo de treinamento. Reproduzir uma situação de engasgo, uma queda ou uma parada cardiorrespiratória, por exemplo, permite que os participantes pratiquem a tomada de decisão sem que exista uma criança realmente em risco. Durante uma atividade simulada, é possível errar, receber orientação, repetir o procedimento e entender melhor a sequência das ações. Garajau et al.[11]

destacam a importância das ações educativas em primeiros socorros no ambiente escolar e relacionam a efetividade dessas iniciativas à preparação dos profissionais para situações que exigem uma resposta rápida.

A forma como o conteúdo é apresentado também interfere no aproveitamento da capacitação. Uma aula muito distante da realidade dos profissionais pode acabar sendo esquecida com facilidade. Quando os exemplos utilizados fazem parte da rotina de uma creche ou escola, a compreensão tende a ser mais próxima daquilo que o profissional realmente poderá encontrar. Materiais educativos, demonstrações, vídeos, manequins e atividades práticas podem ser utilizados em conjunto, dependendo da estrutura disponível. Oliveira et al.[12], ao desenvolverem um álbum seriado educativo sobre primeiros socorros a partir da Lei Lucas, demonstraram uma das possibilidades de utilizar recursos didáticos para facilitar o acesso às informações e trabalhar a segurança no ambiente escolar.

Outro ponto observado nas pesquisas é a diferença que pode existir entre o conhecimento apresentado antes de uma capacitação e aquele demonstrado depois dela. Antes do treinamento, alguns profissionais podem conhecer apenas conceitos básicos ou ter uma ideia geral sobre determinada emergência. Depois de uma atividade educativa, é possível que consigam identificar melhor os sinais de gravidade e compreender quais medidas devem ser tomadas. Silva et al.[2] encontraram resultados favoráveis após a intervenção realizada com professores de creches, reforçando a utilidade de estratégias educativas direcionadas às necessidades desse grupo.

A capacitação também pode ajudar a diminuir o medo de agir. Em uma emergência, não saber exatamente o que fazer pode fazer com que a pessoa simplesmente espere pela chegada do atendimento especializado, mesmo quando alguma medida inicial poderia ser realizada com segurança. O treinamento cria uma oportunidade para esclarecer dúvidas que muitas vezes ficam escondidas durante uma aula comum. O profissional pode perguntar, testar o procedimento e entender os limites da sua atuação. Para Morais[10], a discussão sobre primeiros socorros na escola precisa considerar justamente o conhecimento e a preparação dos professores, já que a falta de capacitação pode influenciar diretamente a forma como eles enfrentam uma situação de emergência.

Não se pode deixar de considerar também a necessidade de atualização. Mesmo depois de realizar um curso, o profissional pode esquecer informações ou perder a segurança para executar determinada técnica se ficar muito tempo sem praticá-la. Isso é especialmente relevante para procedimentos que não fazem parte da rotina diária. A capacitação periódica funciona, então, como uma oportunidade de revisar conteúdos, corrigir possíveis erros e

recuperar habilidades que foram pouco utilizadas. A IFRC[5] recomenda a educação continuada em primeiros socorros como parte do desenvolvimento de competências que precisam ser mantidas ao longo do tempo, acompanhando também as evidências e orientações mais atuais.

A periodicidade dos treinamentos é ainda mais relevante quando se considera que a equipe escolar pode mudar. Funcionários novos entram, outros deixam a instituição e nem todos tiveram a mesma formação. Se o treinamento acontece apenas uma vez, existe o risco de parte da equipe permanecer sem preparo. A capacitação precisa ser pensada de maneira mais ampla, alcançando diferentes profissionais que convivem com as crianças e não somente aqueles que ocupam funções diretamente ligadas à sala de aula. Essa visão amplia a possibilidade de existir alguém preparado para agir quando uma ocorrência acontece em diferentes espaços da instituição.

A educação em saúde pode contribuir nesse processo porque aproxima informações importantes do cotidiano das pessoas. No caso dos primeiros socorros, não se trata apenas de transmitir técnicas, mas de trabalhar prevenção, reconhecimento de riscos e atitudes diante de uma emergência. Cruz et al.[3], em uma revisão sobre intervenções de educação em saúde relacionadas aos primeiros socorros no ambiente escolar, encontraram resultados que apontam para a contribuição dessas ações no aumento do conhecimento dos participantes. Isso mostra que a escola também pode ser um espaço de construção de habilidades relacionadas à proteção e à segurança infantil.

Outro aspecto que precisa ser considerado é a adaptação do treinamento ao público que vai recebê-lo. Professores de educação infantil convivem com crianças de diferentes idades e necessidades, o que faz com que determinadas situações mereçam maior atenção durante a capacitação. Um treinamento voltado para esse público pode trabalhar, por exemplo, diferenças entre o atendimento de uma criança pequena e de um adulto, situações de engasgo durante a alimentação, quedas durante as brincadeiras e outros acidentes próprios da rotina escolar. Quanto mais próximo da realidade, maior tende a ser o sentido daquele conhecimento para quem está participando.

A legislação brasileira também reforçou essa discussão. A Lei nº 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas, estabeleceu a obrigatoriedade da capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino e de recreação infantil. Para Bernardino[13], a efetividade da legislação depende não somente da existência da norma, mas também de sua aplicação e do acompanhamento das ações de capacitação. A lei representa uma referência importante, mas o treinamento precisa sair do papel e fazer parte da rotina das instituições.

A preparação não deve ser vista como uma atividade feita apenas para cumprir uma exigência. Quando o profissional participa de um treinamento, pratica uma técnica e entende como reconhecer uma emergência, ele passa a ter mais recursos para lidar com uma situação que pode surgir sem aviso. O conhecimento adquirido pode não impedir que um acidente aconteça, mas pode mudar a maneira como ele será conduzido nos primeiros minutos. É justamente esse período inicial que torna a capacitação tão necessária no ambiente escolar.

As evidências encontradas na literatura apontam, de modo geral, que ações educativas e treinamentos podem melhorar o conhecimento dos profissionais e aumentar sua confiança para lidar com emergências. Ainda assim, os resultados não devem ser interpretados como se uma única capacitação resolvesse todas as dificuldades. O aprendizado precisa ser retomado, praticado e adaptado às necessidades de cada instituição. A educação em primeiros socorros, quando trabalhada de forma contínua e com atividades que aproximem teoria e prática, pode contribuir para que professores e funcionários estejam menos inseguros e mais preparados para proteger a criança enquanto o atendimento especializado não chega.

Lei Lucas e a obrigatoriedade da capacitação em primeiros socorros

A discussão sobre primeiros socorros nas escolas ganhou um marco específico no Brasil com a criação da Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, conhecida como Lei Lucas. A legislação recebeu esse nome após o caso de Lucas Begalli Zamora, uma criança que sofreu um engasgo durante uma atividade escolar e acabou não resistindo. A situação chamou atenção para uma realidade que já fazia parte do cotidiano de muitas instituições: professores e funcionários podem se deparar com uma emergência, mas nem sempre sabem como agir. A criação da lei trouxe para o debate a necessidade de preparar essas pessoas para prestar os primeiros cuidados até a chegada do atendimento especializado.

A Lei Lucas determina que estabelecimentos de ensino e de recreação infantil, públicos e privados, ofereçam capacitação em noções básicas de primeiros socorros aos professores e funcionários. A proposta não é fazer com que esses profissionais assumam o papel de uma equipe de saúde, mas que tenham conhecimentos mínimos para reconhecer uma emergência e tomar as primeiras providências. Bernardino13 destaca que a legislação representa uma medida voltada à prevenção de acidentes e à proteção das crianças, mas sua efetividade depende de que a capacitação prevista realmente seja realizada dentro das instituições.

A escolha dos profissionais que devem receber o treinamento também tem relação direta com a rotina escolar. Não são apenas os professores que permanecem próximos das crianças.

Funcionários que trabalham na alimentação, recreação, limpeza, apoio ou em outros setores também podem presenciar um acidente e precisar tomar alguma atitude. A legislação amplia justamente essa responsabilidade, buscando evitar que o conhecimento fique concentrado em poucas pessoas. Garajau et al.11 apontam que a Lei Lucas trouxe maior visibilidade para a formação em primeiros socorros nas escolas e para a necessidade de preparar os profissionais que fazem parte desse ambiente.

A lei também estabelece que os cursos de capacitação sejam ofertados anualmente, de acordo com as condições previstas na própria legislação, contemplando conteúdos básicos relacionados aos primeiros socorros e considerando as características de cada estabelecimento. Esse aspecto é particularmente relevante porque o conhecimento não deve ficar restrito a uma única formação realizada há vários anos. Novos funcionários podem ingressar na instituição e aqueles que já passaram por treinamento podem precisar revisar técnicas e condutas. Oliveira et al.12 mostram, ao abordarem a elaboração de material educativo relacionado à Lei Lucas, que recursos de educação em saúde podem ser utilizados para facilitar a disseminação desse conhecimento no ambiente escolar.

A existência de uma lei, entretanto, não significa que o problema esteja resolvido. Ainda pode existir diferença entre aquilo que está previsto legalmente e o que acontece na prática das instituições. A falta de treinamento regular, a pouca disponibilidade de recursos, a ausência de atividades práticas ou mesmo a participação parcial dos funcionários podem limitar os resultados esperados. Para Bernardino13, discutir a efetividade da Lei Lucas exige olhar não apenas para a obrigatoriedade estabelecida, mas também para sua aplicação e para as condições que as escolas possuem para realizar a capacitação. Afinal, um treinamento feito somente para cumprir uma exigência tende a ter pouco efeito se não proporcionar aprendizado de fato.

A Lei Lucas representa, dessa forma, uma medida que relaciona educação, saúde e proteção infantil. Ao exigir que profissionais da educação tenham noções básicas de primeiros socorros, a legislação reconhece que a segurança da criança também depende da preparação das pessoas que estão com ela diariamente. Os estudos sobre capacitação mostram que ações educativas podem ampliar conhecimentos e diminuir inseguranças diante de emergências, enquanto a legislação oferece um respaldo para que essa preparação faça parte da realidade escolar. Garajau et al.11 reforçam que a efetividade da Lei nº 13.722/2018 está ligada à formação dos profissionais e à construção de uma cultura de prevenção dentro das escolas. Quando a capacitação é tratada como uma prática contínua, e não apenas como uma exigência burocrática, a escola passa a ter melhores condições de responder às situações que podem colocar a criança em risco.

Atuação dos profissionais diante das principais emergências pediátricas

Quando uma emergência acontece na escola, os primeiros minutos costumam ser marcados por muita tensão. O profissional que está próximo da criança precisa perceber rapidamente que existe algo errado, avaliar a situação e buscar ajuda, sem deixar de considerar a própria segurança e a da criança. Não se trata de substituir o atendimento realizado por uma equipe de saúde, mas de iniciar os cuidados possíveis enquanto o socorro é acionado. As orientações da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho ressaltam que os primeiros socorros envolvem justamente essa resposta inicial diante de uma situação de doença ou lesão, até que a pessoa possa receber cuidados mais especializados[5].

Entre as ocorrências que exigem maior atenção está a obstrução das vias aéreas por corpo estranho, conhecida como OVACE. Em crianças pequenas, esse tipo de acidente pode acontecer durante a alimentação ou quando objetos pequenos são levados à boca. A primeira preocupação deve ser verificar se a criança consegue tossir, falar ou respirar. Quando existe tosse eficaz, a orientação é estimular a tosse e observar a evolução, sem realizar manobras desnecessárias. Já diante de uma obstrução grave, em que a criança não consegue respirar ou emitir sons adequadamente, a intervenção precisa ser imediata. Martins, Foglia e Canal[7] apontam que ainda existem dúvidas entre professores sobre o reconhecimento e o atendimento da obstrução das vias aéreas, o que mostra como esse conhecimento é necessário no ambiente escolar.

O engasgo também exige atenção diferenciada conforme a idade da criança. As técnicas utilizadas em bebês não são exatamente iguais às empregadas em crianças maiores, e esse detalhe pode fazer diferença durante uma emergência. O profissional precisa conhecer essas diferenças antes de precisar colocar o conhecimento em prática. Orientações específicas para prevenção e resposta ao engasgo reforçam que crianças pequenas apresentam características próprias durante a alimentação e, por isso, os adultos responsáveis devem saber identificar rapidamente uma possível obstrução[14]. Quando a situação é grave, o atendimento deve ser iniciado enquanto o serviço de emergência é acionado, evitando que a criança permaneça sem assistência durante a espera.

Outra situação que pode ocorrer, embora seja menos frequente, é a parada cardiorrespiratória. Nesse caso, reconhecer rapidamente a ausência de resposta e de respiração normal é fundamental. O profissional deve solicitar ajuda e acionar o serviço de emergência,

iniciando a ressuscitação cardiopulmonar quando indicada. A atuação precoce pode contribuir para manter a circulação e a oxigenação até que o atendimento especializado consiga assumir o caso. A IFRC[5] inclui a ressuscitação entre as competências centrais dos primeiros socorros e reforça a importância de que as pessoas treinadas saibam reconhecer situações que exigem uma resposta imediata.

As quedas são outro exemplo bastante presente na rotina escolar. Depois de uma queda, a criança precisa ser observada com cuidado, principalmente quando houve impacto importante na cabeça ou quando ela apresenta dor intensa, alteração de comportamento, sonolência incomum, vômitos ou dificuldade para movimentar alguma parte do corpo. O profissional não deve tentar movimentar a criança de maneira desnecessária quando existe suspeita de uma lesão mais grave. Em vez disso, deve manter a criança em segurança, observar os sinais apresentados e buscar atendimento adequado. Galindo Neto et al.[1] mostram que situações de acidentes no ambiente escolar fazem parte das experiências relatadas pelos professores, reforçando a necessidade de preparo para reconhecer quando uma ocorrência exige maior cuidado.

Ferimentos e queimaduras também podem aparecer durante brincadeiras, atividades pedagógicas ou outras situações do cotidiano. Em um corte, o profissional deve evitar manipulações desnecessárias e observar a intensidade do sangramento, buscando controlar a perda de sangue de maneira adequada. Nas queimaduras, a conduta depende das características da lesão, mas atitudes caseiras sem orientação podem causar mais prejuízos. Não se deve aplicar substâncias ou produtos improvisados sobre a área atingida. A atuação inicial deve priorizar a segurança da criança e a avaliação da necessidade de encaminhamento para atendimento de saúde. Morais[10] chama atenção para a importância de preparar os profissionais da escola para situações desse tipo, já que o conhecimento sobre primeiros socorros pode influenciar diretamente a segurança da conduta adotada.

As convulsões também costumam gerar medo em quem presencia a ocorrência pela primeira vez. Durante uma crise, o profissional deve proteger a criança contra possíveis traumas, afastando objetos que estejam próximos e oferecendo espaço para que ela permaneça segura. Não é indicado tentar segurar seus movimentos à força nem colocar objetos ou alimentos em sua boca. Depois da crise, a criança precisa ser observada e, dependendo da situação, encaminhada para avaliação especializada. Hadge et al.[9] encontraram dificuldades no conhecimento de professores sobre primeiros socorros, situação que pode favorecer respostas inadequadas quando o profissional não recebeu orientação específica sobre como proceder durante uma emergência.

A atuação diante dessas situações depende, em grande parte, da preparação anterior. Quando o profissional já teve contato com o conteúdo, praticou os procedimentos e sabe reconhecer os sinais de gravidade, tende a ter melhores condições para tomar decisões nos primeiros momentos. Isso não significa que o treinamento elimine o nervosismo, porque uma emergência envolvendo uma criança naturalmente provoca preocupação, mas oferece uma referência para que a pessoa não fique completamente sem saber o que fazer. Silva et al.[2] demonstraram que intervenções educativas direcionadas a professores de creches podem melhorar o conhecimento sobre primeiros socorros, reforçando a relação entre capacitação e preparo para a prática.

No ambiente da educação infantil, essa preparação precisa considerar as situações que realmente fazem parte da rotina das crianças. O profissional deve estar preparado para reconhecer um engasgo, uma queda com possível lesão, uma queimadura, um ferimento, uma convulsão ou uma parada cardiorrespiratória, mas também precisa saber quando sua atuação deve ser interrompida e o atendimento especializado assumido. Primeiros socorros não significam resolver o problema sozinho. Significam reconhecer a emergência, proteger a criança, iniciar as medidas adequadas quando forem necessárias e buscar ajuda sem demora. Para Nascimento et al.[6], as lacunas encontradas no conhecimento de professores reforçam a necessidade de ampliar as ações de capacitação, principalmente aquelas que aproximam o conteúdo teórico das situações que podem ocorrer no cotidiano escolar.

RESULTADOS

A busca realizada entre os meses de abril e agosto de 2026 reuniu estudos relacionados ao conhecimento dos profissionais da educação sobre primeiros socorros, às situações de emergência mais comuns no ambiente escolar e às formas de capacitação utilizadas para preparar esses profissionais. Após a aplicação dos critérios estabelecidos no método, os estudos selecionados foram analisados de acordo com seus objetivos, participantes, métodos e principais achados. De forma geral, os resultados encontrados apontaram uma questão que apareceu em diferentes pesquisas: os profissionais reconhecem que os primeiros socorros são necessários no ambiente escolar, porém ainda existem dificuldades quando precisam transformar esse conhecimento em uma conduta diante de uma emergência.

Entre os estudos analisados, foram encontradas pesquisas com diferentes abordagens metodológicas e públicos variados. Alguns trabalhos avaliaram diretamente o conhecimento de professores, enquanto outros investigaram experiências de capacitação ou reuniram resultados

de pesquisas anteriores. Mesmo com essas diferenças, os achados apresentaram pontos em comum. A falta de preparo, as dúvidas sobre os procedimentos e o receio de agir de maneira incorreta apareceram com frequência. Prado e Romão[4], ao analisarem a produção científica sobre primeiros socorros em creches, observaram que os acidentes fazem parte das situações que podem ocorrer nesse ambiente e que a preparação dos profissionais é um fator relevante para a segurança das crianças.

Um dos principais resultados identificados foi a presença de lacunas no conhecimento sobre primeiros socorros. Em algumas pesquisas, os profissionais demonstraram saber que determinadas situações eram graves, mas não apresentavam o mesmo domínio quando precisavam indicar qual conduta deveria ser adotada. Essa diferença entre reconhecer o problema e saber agir diante dele pode se tornar ainda mais relevante quando a emergência exige uma resposta rápida. Hadge et al.[9] encontraram dificuldades no conhecimento de professores do ensino fundamental sobre diferentes situações de primeiros socorros, mostrando que a convivência diária com crianças não garante, sozinha, que o profissional esteja preparado para prestar os cuidados iniciais.

O engasgo e a obstrução das vias aéreas por corpo estranho apareceram como situações que despertam bastante preocupação entre os profissionais. A ocorrência pode acontecer durante a alimentação ou quando crianças pequenas têm contato com objetos que podem ser levados à boca. Os estudos apontaram que uma das dificuldades está no reconhecimento da gravidade do quadro e na escolha da conduta adequada. Martins, Foglia e Canal[7], ao investigarem a capacitação de professores para situações de obstrução das vias aéreas no ambiente escolar, destacaram a existência de dúvidas e a necessidade de ampliar o preparo desses profissionais para esse tipo de emergência.

As quedas, ferimentos, queimaduras e convulsões também foram identificados entre os acontecimentos que podem exigir uma resposta de primeiros socorros dentro das instituições. Embora nem todos os acidentes apresentem gravidade, o profissional precisa observar a criança e reconhecer sinais que indiquem a necessidade de atendimento especializado. Os estudos analisados mostraram que situações inesperadas podem provocar insegurança, principalmente quando o profissional não teve treinamento anterior ou quando não sabe diferenciar uma ocorrência simples de outra que pode representar maior risco. Galindo Neto et al.[1] identificaram, entre professores entrevistados, relatos de medo e despreparo diante da possibilidade de vivenciar situações de primeiros socorros na escola.

A capacitação apareceu como um dos principais fatores relacionados à melhora do conhecimento. Os estudos que avaliaram os participantes antes e depois de intervenções

educativas apresentaram resultados favoráveis após os treinamentos. Em uma intervenção realizada com professores de creches, Silva et al.[2] observaram aumento do conhecimento depois da atividade educativa, indicando que ações planejadas especificamente para esse público podem contribuir para superar parte das dificuldades identificadas inicialmente. O resultado chama atenção porque demonstra que o baixo conhecimento encontrado em alguns profissionais não deve ser visto como algo definitivo. Ele pode ser modificado quando existe uma oportunidade adequada de aprendizagem.

As estratégias utilizadas nas capacitações também fizeram diferença. A literatura analisada mostrou a utilização de aulas teóricas, demonstrações, materiais educativos, atividades práticas e simulações. As propostas que aproximam o profissional de situações semelhantes às que podem ocorrer na escola permitem não apenas receber informações, mas experimentar como seria necessário agir. Cruz et al.[3], em uma revisão sobre intervenções de educação em saúde relacionadas aos primeiros socorros no ambiente escolar, identificaram diferentes estratégias educativas e apontaram resultados positivos na ampliação dos conhecimentos dos participantes. Esse achado reforça a importância de não limitar a capacitação a conteúdos apresentados apenas de forma expositiva.

A prática apareceu como um aspecto especialmente relevante nos estudos que abordaram treinamento. Procedimentos como ressuscitação cardiopulmonar e atendimento ao engasgo exigem mais do que conhecer uma definição ou saber explicar determinada técnica. É necessário compreender a sequência das ações e desenvolver segurança para executá-las. Uma revisão de Wang et al.[15] sobre a disseminação e o treinamento de habilidades de segurança e primeiros socorros entre profissionais da educação infantil também apontou a necessidade de estratégias que desenvolvam competências práticas e não somente conhecimento teórico.

Outro resultado observado foi a relação entre conhecimento e segurança para agir. Alguns profissionais relataram que o medo de piorar a situação ou de realizar um procedimento incorretamente pode fazer com que hesitem diante de uma emergência. Essa insegurança pode ser reduzida quando o profissional recebe orientação adequada e tem a possibilidade de praticar os procedimentos. Nascimento et al.[6], ao avaliarem o conhecimento de professores em primeiros socorros, identificaram a existência de lacunas na preparação dos participantes, reforçando a necessidade de ações educativas que desenvolvam tanto o conhecimento quanto a confiança para lidar com situações de emergência.

A Lei nº 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas, também apareceu como um elemento importante nos estudos analisados. A legislação tornou obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino e

recreação infantil. Os trabalhos encontrados mostram que a criação da lei contribuiu para colocar o assunto em maior evidência e fortalecer a discussão sobre a responsabilidade das instituições em relação à segurança das crianças. Garajau et al.[11] destacaram a relação entre a Lei Lucas, as ações educativas e a formação em primeiros socorros no ambiente escolar.

Apesar dos avanços relacionados à legislação e às ações educativas, os resultados indicam que ainda existem dificuldades para transformar a obrigatoriedade da capacitação em uma preparação efetiva e contínua. A realização de um treinamento isolado não garante que o profissional manterá todas as habilidades adquiridas ao longo do tempo. O esquecimento de procedimentos e a falta de prática podem diminuir a segurança para agir quando uma emergência realmente acontecer. As diretrizes da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho reforçam a necessidade de manter competências relacionadas aos primeiros socorros por meio de educação e treinamento adequados.[5]

Também foi possível perceber que a realidade da educação infantil exige uma capacitação voltada para situações próprias dessa faixa etária. Crianças pequenas apresentam maior dependência dos adultos, estão em constante movimento e podem apresentar dificuldade para explicar o que sentem depois de um acidente. Por isso, o treinamento precisa considerar situações como engasgo durante as refeições, quedas durante brincadeiras, queimaduras, cortes e outras intercorrências que podem surgir na rotina. Prado e Romão[4] apontam que conhecer os principais acidentes relacionados às creches é fundamental para pensar ações de prevenção e preparo dos profissionais.

A análise dos estudos permitiu observar ainda a participação dos profissionais de saúde, especialmente da enfermagem, em ações educativas voltadas ao ambiente escolar. Essa aproximação pode contribuir para levar informações técnicas para dentro das escolas de uma maneira mais acessível e relacionada às necessidades dos profissionais. Silva et al.[2] demonstraram, em sua intervenção com professores de creches, que a educação em primeiros socorros pode produzir melhora no conhecimento dos participantes. A atuação educativa do enfermeiro, nesse sentido, pode assumir um papel relevante na promoção da segurança infantil e na preparação da comunidade escolar.

De maneira geral, os resultados encontrados convergem para a existência de uma relação entre conhecimento, capacitação e segurança na atuação. Os profissionais demonstram reconhecer a importância dos primeiros socorros, mas ainda apresentam dificuldades em algumas situações, principalmente naquelas que exigem resposta rápida e execução correta de determinadas técnicas. Ao mesmo tempo, os estudos que avaliaram intervenções educativas

mostraram que o conhecimento pode ser ampliado por meio de treinamentos direcionados e atividades práticas.

Os achados desta revisão indicam, por fim, que a capacitação em primeiros socorros precisa ser tratada como uma ação contínua dentro das instituições de educação infantil. A preparação não deve acontecer apenas quando uma emergência já ocorreu ou somente para cumprir uma exigência legal. Treinamentos periódicos, atualização dos conteúdos e atividades que permitam praticar as condutas podem ajudar a diminuir a insegurança dos profissionais. Os estudos analisados apontam que quanto maior a aproximação entre o conteúdo ensinado e as situações que realmente podem acontecer na escola, maiores são as possibilidades de o profissional reconhecer uma emergência e tomar uma atitude adequada até a chegada do atendimento especializado.

CONCLUSÃO

A revisão integrativa mostrou que o conhecimento sobre primeiros socorros entre profissionais da educação infantil ainda apresenta algumas lacunas, principalmente quando se trata de situações que exigem uma resposta rápida, como engasgos, obstrução das vias aéreas, quedas, queimaduras, convulsões e parada cardiorrespiratória. Mesmo reconhecendo a importância desse preparo, muitos profissionais demonstram insegurança quando precisam colocar o conhecimento em prática. Os estudos analisados também apontaram que treinamentos, atividades práticas e simulações podem melhorar o conhecimento e aumentar a segurança para agir diante de uma emergência. Nesse sentido, a capacitação não deve ser vista apenas como uma exigência da Lei Lucas, mas como uma medida de proteção que pode fazer diferença nos primeiros minutos de um acidente.

A revisão contribui para reforçar, no campo científico e na prática escolar, a necessidade de aproximar a educação em saúde da rotina dos profissionais que convivem diariamente com crianças. A realização periódica de treinamentos, com conteúdos voltados para as situações mais comuns da infância e espaço para prática, pode favorecer uma atuação mais adequada até a chegada do atendimento especializado. Para pesquisas futuras, seria interessante ampliar os estudos sobre a efetividade das capacitações a longo prazo, avaliando se o conhecimento adquirido é realmente mantido depois de alguns meses e quais estratégias conseguem produzir maior segurança na atuação. Também podem ser desenvolvidas pesquisas que acompanhem a aplicação da Lei Lucas nas instituições, identificando dificuldades para sua implementação e os resultados obtidos na prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Galindo Neto NM, Carvalho GCN, Castro RCMB, Caetano JA, Santos ECB, Silva TM, Vasconcelos EMR. Vivências de professores acerca dos primeiros socorros na escola. Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn). 2018;71(Suppl 4):1678-1684. DOI: 10.1590/0034-7167-2017-0715.

2. Silva MMP, Silva ICEC, Holanda MM, Lima LHO, Carvalho REFL, Caetano JA, Pereira FGF. Intervenção educativa para professores de creches sobre primeiros socorros: estudo quase-experimental. Revista de Enfermagem da UFPI (Rev. enferm. UFPI). 2023;12:e4078. DOI: 10.26694/reufpi.v12i1.4078.

3. Cruz KB, Martins TCR, Cunha PBH, Godas ALG, Cesário ES, Luchesi BM. Intervenções de educação em saúde de primeiros socorros, no ambiente escolar: uma revisão integrativa. Enfermería Actual de Costa Rica. 2021 Jan-Jun;(40):e43542. DOI: 10.15517/revenf.v0i40.43542.

4. Prado TM, Romão MOC. Primeiros socorros em creche: revisão integrativa de literatura. Research, Society and Development. 2022;11(12):e153111234273. DOI: 10.33448/rsd-v11i12.34273.

5. Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC). International First Aid, Resuscitation and Education Guidelines 2025. Genebra: IFRC; 2025.

6. Nascimento ACF, Queiroz EHB, Souza CBL, Alves MG, Borges AA, Lenza NFB, Oliveira ISB. Avaliação do conhecimento de professores em primeiros socorros: revisão integrativa. Revista Ciência Life. 2025 jul 14;2(1):1-6. DOI: 10.5281/ZENODO.15878995.

7. Martins AL, Foglia AJ, Canal ATH. [Mackevicius Do Nascimento BR, orientadora; Barbosa KJ, coorientadora]. Obstrução das vias aéreas por corpo estranho no contexto escolar: os professores estão capacitados? Revista Científica de Alto Impacto (RevistaFT). 2025 ago 31;29(149). DOI:10.69849/revistaft/pa10202508311448.

8. Sousa J, Regina S, Perinazzo G, Faria N, Martins N, Morena J, Lopes N, et al. Primeiros socorros: conhecimento dos professores da educação básica em um município maranhense. Revista Científica de Alto Impacto (RevistaFT). 2025 jul 25;29(148).

9. Hadge RB, Barbosa VBA, Barbosa PMK, Chagas EFB. Conhecimentos de professores do ensino fundamental acerca de primeiros socorros. Texto & Contexto - Enfermagem. 2023;32:e20230029. doi:10.1590/1980-265X-TCE-2023-0029pt.

10. Morais ACR. Primeiros socorros na escola: perspectivas do conhecimento e da capacitação de professores. Educação, Ciência e Saúde. 2022 Jan-Jun;9(1):138-154. DOI:10.20438/ecs.v9i1.448.

11. Garajau NCS, Bittencourt LBC, Vieira SS, Torres RM, Miranda MC, Santos FEFS, Silva RP, Campos FJR, Silva LB, Pereira MJFR. Educação em primeiros socorros: efetividade da Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas) nas escolas e impacto na formação em saúde. Seven Editora. 2026. DOI:10.56238/sevened2026.004-017.

12. Oliveira ACS, Conceição LV, Souza CM, Vargas GSA, Santos MO, Barcelos VM, Oliveira TF, Mendonça DG, Martins AHGA, Leão AC. Lei Lucas na segurança escolar: Elaboração de um álbum seriado educativo sobre primeiros socorros. Research, Society and Development. 2026;15(7):e1915751208. DOI:10.33448/rsd-v15i7.51208.

13. Bernardino LC. Primeiros socorros nas escolas: a efetividade da Lei nº 13.722/2018 na prevenção de acidentes. Revista ENIT – Escola Nacional da Inspeção do Trabalho. 2025;9.

14. Utah State University Extension. Keeping Kids Safe at Meals: Preventing and Responding to Choking. Logan: Utah State University; 2025 jan.

15. Wang X, Qiao T, Chang J, Ye P. A comprehensive review of the dissemination and training of safety and first aid skills among early childhood educators. PubMed Central (PMC); 2025.